



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Rua da Consolação nº 1.272 - 19º andar
01302-906 - São Paulo. SP

Telefones: (11) 3150-2000 - Ramais: 2687/2688/2689/2690/2691 - seccorreg@trtsp.jus.br

Of. Circular nº 490/2019 - CR

São Paulo, 08 de janeiro de 2019.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz(a) da Vara do Trabalho

**Assunto: Decisão proferida no Processo nº 0002026-39.2016.2.00.0000 – PJe - CNJ
Resolução nº 270/2018 – CNJ**

Senhor(a) Juiz(a),

Encaminho, para ciência e eventuais providências cabíveis, cópia da Resolução nº 270/2018 – CNJ, do Exmo. Sr. Ministro DIAS TOFFOLI, Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

Atenciosamente,

LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL
Desembargador Corregedor Regional
do TRT da 2ª Região



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

EXPEDIENTE PROTOCOLIZADO SOB Nº 14/2019

Processo Judicial Eletrônico – PJe nº 00020263920162000000 - Resolução CNJ nº 270/2018

CONCLUSÃO

Nesta data, tendo em vista o recebimento da Cópia da Resolução CNJ nº 270/2018, faço concluso o presente expediente ao Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Regional, Dr. LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL.

São Paulo, 08 de janeiro de 2019.

Juliana Silva Magalhães
Analista Judiciário

Expeça-se Ofício Circular a todas as Varas e a todos os Juízes deste Regional, enviando cópia da Resolução CNJ nº 270/2018 acima mencionada, para ciência e eventuais providências cabíveis. Após, arquite-se o presente expediente.

São Paulo, 08 de janeiro de 2019.

LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL
Desembargador Corregedor Regional

Zimbra

gabcorreg@trtsp.jus.br

Fwd: Resolução CNJ nº 270/2018

De : SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL
<seccorreg@trtsp.jus.br>

Seg, 07 de jan de 2019 12:52

 1 anexo

Assunto : Fwd: Resolução CNJ nº 270/2018

Para : gabcorreg <gabcorreg@trtsp.jus.br>

De: "secjud" <secjud@trtsp.jus.br>

Para: "Varas do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região" <varas-trt2@trtsp.jus.br>

Cc: "secjud" <secjud@trtsp.jus.br>, "SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL" <seccorreg@trtsp.jus.br>

Enviadas: Sexta-feira, 28 de dezembro de 2018 15:07:14

Assunto: Resolução CNJ nº 270/2018

Exmo (a) Sr (a) Magistrado (a),

Em cumprimento ao r. despacho da Exma. Sra. Desembargadora Presidente, encaminho a Vossa Excelência a Resolução CNJ nº 270/2018.

Respeitosamente,

Marcia da C. Bonfim Barbosa
Analista Judiciário

 **Prot. nº 5349.18.pdf**
381 KB



Conselho Nacional de Justiça
PJe - Processo Judicial Eletrônico

Prot. 5349/18: Encaminhe-se cópia da Resolução CNJ nº 270/20118 à Secretaria Geral Judiciária, para divulgação junto aos magistrados deste Regional e à DGA, para as providências necessárias. Ciência ao Comitê do Trabalho Decente e Seguro -- Igualdade e Diversidade. São Paulo, 26/12/18


Rulma Aparecida Hemetério
Desembargadora Presidente do Tribunal

Número: 0002026-39.2016.2.00.0000

Classe: ATO NORMATIVO

Órgão julgador colegiado: Plenário

Órgão julgador: Gab. Cons Luciano Frota

Última distribuição : 04/05/2016

Valor da causa: R\$ 0,00

Assuntos: Ato Normativo

Objeto do processo: Proposta - Resolução - Utilização - Nome Social - Trans - Travestis - Transexuais - Usuários - Serviços Judiciários - Membros - Estagiários - Servidores - Terceirizados - Tribunais.

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? NÃO

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (REQUERENTE)			
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
3504101	03/12/2018 14:49	Acórdão	Acórdão

17:24 08/01/2019 000014 TRT 2a REGIÃO - SEC. CORRIGENTORIA



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 270 , DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a importância do princípio da eficiência para a Administração Pública, art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a dignidade humana, fundamento da República Federativa previsto no art. 1º, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o art. 3º da Constituição Federal que determina ser objetivo fundamental da República Federativa do Brasil constituir uma sociedade livre, justa e solidária, além da promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO a necessidade de se dar a máxima efetividade aos direitos fundamentais;

CONSIDERANDO a necessidade de se dar tratamento isonômico aos usuários dos serviços judiciários, membros, servidores, terceirizados e estagiários no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, da Presidência da República, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

CONSIDERANDO os Princípios de Yogyakarta, de novembro de 2006, que dispõem sobre a aplicação da legislação internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero;

CONSIDERANDO que o Estado deve assegurar o pleno respeito às pessoas, independentemente da identidade de gênero, respeitando a igualdade, a liberdade e a autonomia individual, que deve constituir a base do Estado Democrático de Direitos e nortear a realização de políticas públicas destinadas à promoção da cidadania e respeito às diferenças humanas, incluídas as diferenças sexuais;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CNJ no Procedimento de Ato Normativo nº 0002026-39.2016.2.00.0000, na 40ª Sessão Virtual, realizada entre 22 e 30 de novembro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Fica assegurada a possibilidade de uso do nome social às pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, aos magistrados, aos estagiários, aos servidores e aos trabalhadores terceirizados do Poder Judiciário, em seus registros funcionais, sistemas e documentos, na forma disciplinada por esta Resolução.

Parágrafo único. Entende-se por nome social aquele adotado pela pessoa, por meio do qual se identifica e é reconhecida na sociedade, e por ela declarado.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Art. 2º Os sistemas de processos eletrônicos deverão conter campo especificamente destinado ao registro do nome social desde o cadastramento inicial ou a qualquer tempo, quando requerido.

§ 1º O nome social do usuário deve aparecer na tela do sistema de informática em espaço que possibilite a sua imediata identificação, devendo ter destaque em relação ao respectivo nome constante do registro civil

§ 2º Nos casos de menores de dezoito anos não emancipados, o nome social deve ser requerido pelos pais ou responsáveis legais.

§ 3º As testemunhas e quaisquer outras pessoas que não forem parte do processo poderão requerer que sejam tratadas pelo nome social, nos termos do art. 1º desta Resolução.

§ 4º Os agentes públicos deverão respeitar a identidade de gênero e tratar a pessoa pelo prenome indicado nas audiências, nos pregões e nos demais atos processuais, devendo, ainda, constar nos atos escritos.

§ 5º Em caso de divergência entre o nome social e o nome constante do registro civil, o prenome escolhido deve ser utilizado para os atos que ensejarão a emissão de documentos externos, acompanhado do prenome constante do registro civil, devendo haver a inscrição "registrado(a) civilmente como", para identificar a relação entre prenome escolhido e prenome civil.

Art. 3º Será utilizado, em processos judiciais e administrativos em trâmite nos órgãos judiciários, o nome social em primeira posição, seguido da menção do nome registral precedido de "registrado(a) civilmente como".

Parágrafo único. Nas comunicações dirigidas a órgãos externos, não havendo espaço específico para registro de nome social, poderá ser utilizado o nome registral desde que se verifique que o uso do nome social poderá acarretar prejuízo à obtenção do direito pretendido pelo assistido.

Art. 4º A solicitação de uso do nome social por magistrado, servidor, estagiário ou terceirizado poderá ser requerida por escrito no momento da posse, ou a qualquer tempo, à Secretaria de Gestão de Pessoas ou ao responsável pelos recursos humanos da respectiva unidade de lotação.

m N



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Art. 5º Sem prejuízo de outras circunstâncias em que se constatar necessário, o nome social será utilizado nas seguintes ocorrências:

- I – comunicações internas de uso social;
- II – cadastro de dados, prontuários, informações de uso social e endereço de correio eletrônico;
- III – identificação funcional de uso interno;
- IV – listas de números de telefones e ramais; e
- V – nome de usuário em sistemas de informática.

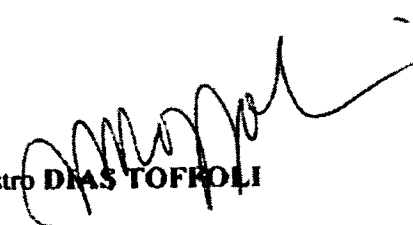
Parágrafo único. É garantido, no caso do inciso III, bem como nos demais instrumentos internos de identificação, o uso exclusivo do nome social, mantendo registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil.

Art. 6º Os setores administrativos responsáveis promoverão a divulgação da presente Resolução e expedirão orientações e esclarecimentos sobre a questão de identidade de gênero.

Art. 7º As Escolas Nacionais da Magistratura (ENFAM e ENAMAT) e o CEAJUD, em cooperação com as escolas judiciais, promoverão a formação continuada de magistrados, servidores, terceirizados e estagiários sobre a temática de identidade de gênero para a devida aplicação de presente Resolução.

Art. 8º As denúncias referentes a não utilização do nome social deverão ser encaminhadas às respectivas Corregedorias dos Tribunais, estabelecendo um prazo de noventa dias para verificação e inclusão do nome social em todos os documentos descritos no art. 5º e em outros específicos de cada Tribunal, bem como aos sistemas de informação e congêneres.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, fixando-se prazo de noventa dias, para adequação dos documentos e sistemas de informática pelos tribunais.


Ministro DIAS TOFFOLI